
EDITORIAL

Aproveitamos o último número do ano de 2015 para comunicar aos nossos leitores, autores e revisores algumas boas notícias para SCG. A partir de 2016, a revista passará a receber o código DOI em seus artigos e será indexada ao EBSCO, além das atuais bases DOAJ, SPELL e Atena.

Adicionalmente, em 2016 retomaremos o lançamento de números especiais visando ao estímulo e desenvolvimento de determinadas temáticas relevantes para o campo, além da contribuição que já fazemos na forma de *fast track* para diversos congressos nacionais. Esperamos que essas iniciativas tornem o próximo ano ainda mais animador para as comunidades de contabilidade e gestão.

Dito isso, concluímos o ano de 2015 com 10 novos artigos, alguns advindos de processo de *fast track*, que se concentram em aspectos relevantes para as ciências contábeis, assim como aqueles cuja relevância situa-se em discussões interdisciplinares cujos reflexos são potencialmente percebidos junto à sociedade.

No primeiro artigo, intitulado “**Ativos Biológicos nas Companhias Abertas no Brasil: Conformidade Com o CPC 29 e Associação com Características Empresariais**”, Macedo, Campagnoni e Rover verificam nas empresas brasileiras que possuem ativos biológicos o nível de conformidade com o CPC 29 e sua associação com características empresariais. O estudo adotou a abordagem descritiva e analisou as Demonstrações Contábeis consolidadas referentes ao ano de 2013 de empresas brasileiras de capital aberto. No total foram analisadas 19 empresas que evidenciaram ativos biológicos no ano de 2013. Os resultados da pesquisa mostram que a média de conformidade das empresas com o CPC 29 é de 74,68%. Com relação à análise estatística, observou-se que o nível de conformidade das empresas tem associações com características empresariais, tais como, setor, governança, tamanho, rentabilidade e representatividade do ativo, sendo que o tamanho da empresa tem interação significativa com o nível de conformidade. Em comparação com estudos anteriores verificou-se que houve um aumento

significativo no nível de conformidade das empresas com o pronunciamento técnico CPC 29 ao longo do tempo.

Em “**Deficiências de Auditoria nos Relatórios de Inspeção do PCAOB: Uma Análise das Empresas de Auditoria Brasileiras e Norte Americanas**”, Cunha, Wrubel e Chiarello desenvolveram um artigo com objetivo de analisar as inspeções realizadas pelo PCAOB em empresas de auditoria brasileiras e norte americanas. Desenvolveu-se a pesquisa aplicando método de análise de conteúdo nos relatórios de inspeção divulgados pelo PCAOB no período de 2010 a 2012. Os relatórios de inspeção apresentam deficiências de auditoria, demonstrando a natureza e a gravidade destas. Os resultados apontam que as deficiências identificadas foram diminuindo ao longo do tempo, comparando com estudos anteriores. As informações apresentadas nos relatórios indicam maior detalhamento para as empresas americanas. As conclusões revelam que ao longo do tempo as empresas de auditoria obtiveram uma melhor qualidade, apresentando menos deficiências. Acredita-se que esse procedimento realizado pelo PCAOB pode contribuir para a qualidade da auditoria, uma vez que as empresas de auditoria mencionam que consideram e analisam as fiscalizações e inspeções do PCAOB em seus planejamentos de auditoria.

No terceiro artigo, intitulado “**Economic Valuation Methods: The Perception of the Accountants of the Hydroelectric Power Sector in Brazil**”, Marques, Ferreira e Irigaray apresentam um estudo que visa verificar a percepção dos contadores das empresas de energia elétrica no Brasil, em relação à utilização de métodos de valoração econômica para medir os impactos ambientais sobre a geração de energia hidrelétrica. Estes métodos seriam usados na internalização dos impactos em conformidade com os critérios da teoria contábil de reconhecimento, mensuração e divulgação das atividades econômicas relevantes. Este é um estudo exploratório com base na conclusão sobre os dados recolhidos a partir de um questionário respondido por

contadores, que trabalhavam no setor de energia elétrica e eram membros da Associação Brasileira das Empresas de Energia Elétrica (ABRACONEE). A pesquisa mostrou que 74% dos entrevistados eram contadores ou analistas de contabilidade, 92% deles acredita que as empresas devem contabilizar (internalizar) impactos ambientais causados por suas atividades, e 75% deles acredita que esta tarefa deve basear-se em normas detalhadas e específicas que determinam o que deve ser feito, quando e como fazê-lo. Apesar de seu alto nível de conhecimento de contabilidade e a completa familiaridade com as normas contábeis vigentes, os entrevistados adotaram uma postura conservadora em relação ao uso de valores estimados ou aos obtidos em mercados hipotéticos.

Em “**Análise dos Artigos Publicados nos Principais Periódicos Brasileiros de Contabilidade no Século XXI**”, Avelar, Boina, Ribeiro e Santos desenvolvem apresenta os resultados de uma pesquisa que visou analisar as características dos artigos publicados nos principais periódicos nacionais de Contabilidade entre os anos de 2001 a 2012. Os dados, essencialmente secundários, foram coletados a partir de 2.334 artigos publicados nos 17 periódicos brasileiros de Contabilidade mais bem pontuados pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tais artigos foram primeiramente examinados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo e tabulados com base em categorias predefinidas. Em seguida, os dados foram analisados por meio das seguintes técnicas estatísticas: tabulações cruzadas, estatística do Qui-Quadrado, teste de Kruskal-Wallis e uma comparação do padrão de produção dos autores da área em relação ao estabelecido na Lei de Lotka. Verificou-se uma ampla (e crescente) predominância dos estudos empíricos sobre os teóricos nos periódicos analisados. Constatou-se, ainda, a preponderância das pesquisas em Contabilidade Financeira sobre as demais áreas. Ademais, identificou-se uma estreita relação entre a pesquisa em Contabilidade Financeira e o enfoque quantitativo. De acordo com a análise da Lei de Lotka, a área de Contabilidade Financeira é menos concentrada e aparentemente mais desenvolvida se comparada à área de Contabilidade Gerencial. Ressalta-se que as pesquisas nesta última área usualmente

empregam um enfoque qualitativo e, de forma geral, os periódicos de Contabilidade mais bem pontuados pela CAPES tendem a privilegiar publicações de pesquisas que utilizem um enfoque quantitativo.

No quinto artigo, “**Gestão de Custos Interorganizacionais: Um Estudo Bibliométrico**”, os autores investigam a identificar o perfil da produção científica, no Brasil e internacionalmente, acerca da Gestão de Custos Interorganizacionais (GCI). Este estudo se apresenta na forma de uma pesquisa bibliométrica, embasada em pesquisa bibliográfica, por meio da análise de trabalhos publicados em eventos nacionais e em repositórios eletrônicos. Sociogramas demonstraram as relações existentes entre os autores dos trabalhos, evidenciando a não ocorrência de relações entre os autores brasileiros e internacionais e poucas redes entre os autores, de um modo geral. A análise epistemológica dos artigos publicados em periódicos demonstrou: a) predominância de citação de artigos publicados em periódicos (74,7%); b) estudos de campo como principal estratégia metodológica (50%); c) predominância no uso de conceitos - poucos trabalhos utilizaram teorias - como plano de fundo das pesquisas (97,1%); e d) predominância de paradigma funcionalista (94,1%). Ao longo dos anos se observou tendência de crescimento no número de publicações sobre o tema, principalmente no Brasil.

No sexto artigo intitulado “**Consumption and Resistance in the Context of Brazilian Housewives and Consumers’ Movement**”, os autores procuram evidenciar o consumidor como foco de resistência ao consumo, embora a maior parte dos estudos sobre consumo ainda esteja debruçada sobre o entendimento da satisfação dos consumidores. Foi utilizado o método de análise de narrativas para identificar junto aos participantes do Movimento das Donas de Casa e Consumidores (MDCC) as condições nas quais algum tipo de resistência fosse possível. Para isso, foram realizadas 16 entrevistas em profundidade nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Paralelamente, foram descritas as estratégias de participação do MDCC na formulação de políticas públicas, enquanto representante da sociedade civil no

que diz respeito à proteção dos direitos dos consumidores. As observações indicam que a existência de um oponente, de uma intenção e de mecanismos de ação em torno da (re)construção de signos coletivos desse grupo evidenciam condições favoráveis para a existência do MDCC como uma instituição de resistência ao consumo.

Em **“Relações de Poder e Legitimidade dos Produtos Vendidos nas Feiras Orgânicas do Rio de Janeiro: Uma Análise Crítica à Luz da Teoria do Poder Simbólico de Bourdieu e da Escola Estratégica de Poder de Mintzberg”**, Silberman, Pacheco e Fonseca analisam as relações sociais e a construção de poder entre os diversos atores pertencentes ao universo das feiras orgânicas da cidade do Rio de Janeiro, tendo como base conceitos das teorias organizacionais do Poder Simbólico de Bourdieu e da Escola Estratégica de Poder de Mintzberg, Ahlstrand e Lampel. Buscam também compreender como as interações humanas (formação de coalizões e redes de poder ou grupos de interesse) e o sistema simbólico vigente nas feiras afetam a legitimidade dos produtos vendidos. Para o levantamento de informações pertinentes ao estudo, foram realizadas, além da pesquisa bibliográfica, entrevistas com agricultores e coordenadores de duas feiras da cidade e com uma representante de uma entidade responsável pela avaliação da conformidade orgânica, entre os meses de junho e setembro de 2011. Os resultados apurados indicam que o poder simbólico exercido pelos feirantes e por entidades responsáveis pelo controle e avaliação da conformidade orgânica, organizados sob a forma de coalizões e redes de poder, sobre o ambiente em que atuam, podem influenciar a legitimidade dos produtos vendidos nas feiras analisadas.

No artigo intitulado **“Qualidade Percebida de Serviços de Tecnologia da Informação: O Papel do Technostress e das Diferenças Individuais”**, os autores Marchiori e Mainardes realizam um estudo que investigou se os elementos do encontro do serviço e os fatores criadores do technostress afetam a qualidade percebida de serviços de TI prestados por um departamento interno de TI. O estudo, de caráter quantitativo e descritivo, foi realizado com 138 usuários de serviços de TI que trabalham em uma organização federal e com atuação no estado do Espírito Santo. A

investigação testou o poder explicativo dos três elementos do encontro de serviço (produto do serviço, entrega do serviço e ambiente do serviço) e de quatro fatores criadores do technostress (tecnossobrecarga, tecnoinvasão, tecnocomplexidade e tecnoincerteza). De forma complementar, a investigação testou se as características individuais dos usuários (gênero, idade, educação, experiência atual, experiência anterior e local de trabalho) produziram diferenças estatisticamente relevantes quando comparadas com sua percepção sobre a qualidade geral dos serviços. Os resultados gerados por meio de regressão múltipla mostraram que a qualidade geral dos serviços foi explicada pelas variáveis produto do serviço, ambiente do serviço, entrega do serviço e tecnocomplexidade. Já as comparações de médias indicaram que os servidores que atuam em unidades organizacionais descentralizadas, especializadas no atendimento ao público, avaliaram a qualidade geral de serviços de forma mais positiva.

Em **“Análise da Importância das Competências em Tecnologia e Sistemas de Informação para a Formação de Contadores sob a Perspectiva de Gênero”**, Carmo, Gomes e Macedo desenvolvem um estudo com o objetivo examinar a importância de se obter competências em Sistemas de Informação (SI) e Tecnologia da Informação (TI) para a formação acadêmica em Contabilidade, a partir da perspectiva de gênero. A amostra reuniu 506 alunos de cursos de graduação em Ciências Contábeis de seis Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas no estado do Rio de Janeiro, sendo 248 homens (49%) e 258 mulheres (51%). A coleta de dados deu-se por meio de questionário distribuído em novembro e dezembro de 2014, e teve como base o Currículo Mundial Revisado (CMR) proposto para contadores pela ONU/UNCTAD/ISAR. Os dados foram tratados utilizando-se estatísticas descritivas e o Teste de Mann-Whitney. Dentre os achados, destaca-se que os alunos da amostra percebem a elevada importância da posse das competências referentes a SI e TI para sua formação acadêmica, independentemente do gênero. Em contraponto, infere-se que as mulheres atribuem mais importância à obtenção de conhecimentos sobre softwares de comunicação e de uso mais geral, enquanto os homens voltam-se para conhecimentos mais específicos, aplicados em soluções de negócio.

Por fim, no décimo artigo, “**Determinantes da Taxa de Imposto Efetiva de Empresas da América Latina**”, Santana e Zonatto desenvolvem um estudo com objetivo de identificar os fatores determinantes da taxa de imposto efetiva (ETR) de empresas da América Latina no período de 2009 à 2013. Estudo descritivo foi realizado por meio de pesquisa documental, com abordagem quantitativa dos dados. A amostra foi composta por 500 empresas, sendo 45 da Argentina, 171 do Brasil, 108 do Chile, 38 da Colômbia, 71 do México e 67 do Peru, cujos dados foram coletados na base de dados da Thompson Reuters® e analisados por meio de regressão de dados em painel através do software STATA®, tendo como variável dependente a Taxa de Imposto Efetiva (ETR) e variáveis independentes o tamanho (TAM), a intensidade de capital (INTCAP), a intensidade de inventário (INTINV), a alavancagem (ALAV) e a rentabilidade dos ativos (ROA). Os resultados evidenciam que o tamanho das empresas apresenta influência positivamente significativa

sobre a ETR das empresas colombianas. A intensidade de capital (INTCAP) e a intensidade de inventário (INTINV) não foram significativas para determinar a influência sobre a ETR nos países analisados. A alavancagem das empresas argentinas evidencia uma influência positiva sobre a ETR, enquanto que para as empresas colombianas esta influência foi negativamente significativa e não significativa para os demais países. A rentabilidade resultou em uma influência negativa para as empresas mexicanas e peruanas, e não significativa para os demais países para determinar a influência sobre a ETR. Denota-se que existem diferenças quanto aos determinantes da carga fiscal em países latino-americanos, o que estimula a realização de novos estudos.

Boa Leitura.

Fernanda Sauerbronn
Editora da SCG